

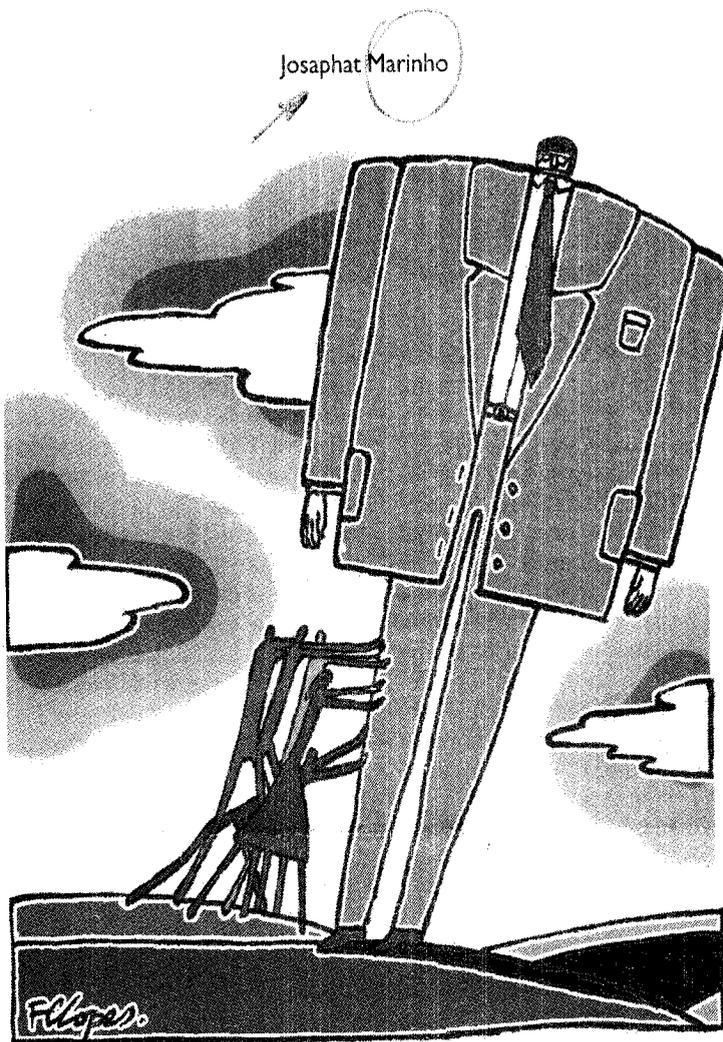
HORA DE MUDANÇA

A eleição presidencial na Argentina deve produzir efeitos além fronteira. Não se trata apenas de vitória das oposições coligadas. Também não se trata somente da derrota de um partido no poder. O resultado do pleito tem repercussão mais ampla e profunda.

Primeiramente, note-se que o infortúnio eleitoral atinge um presidente há dez anos no governo. O longo tempo não serviu para fortalecer, mas para enfraquecer o governante. A reeleição não o beneficiou, fulminou-o. Apesar da mística peronista e do populismo praticado, o povo revelou-se cansado, desiludido e independente. O presidente, conquanto determinado, não encontrou condições para outra reeleição, nem teve forças que assegurassem a escolha de seu sucessor.

Depois, o desastre no voto alcançou o partido peronista, costumado a grandes êxitos na exploração do nome de seu patrono. Não obstante a inexistência de outra legenda de igual apelo popular, e de deter o governo de várias províncias, fracassou no resultado fundamental. O exercício do poder por longos anos amorteceu o entusiasmo na consciência palpitante. Programa não cumprido satisfatoriamente. Reivindicações grupais e gerais não atendidas. Crise econômica. Aviltamento da moeda e domínio do dólar. Alto custo de vida. Esses e outros fatores obscureceram a ação do partido, levando-o ao ostracismo.

No alvorecer da vitória, o presidente eleito anuncia a necessidade de novas diretrizes. Entre elas,



realça a conveniência democrática de dialogar com outras forças divergentes. O que não fez o partido apeado do comando político, é conveniente que pratique a situação nascente, para alargar o consentimento popular e revigorar a democracia. Em verdade, na democracia deve haver maioria e minoria, como correntes sólidas de pensamento e necessárias a assegurar a livre expansão das idéias e das divergências fundadas. Governo democrático, porém, não se confunde com odio-

so mando de facções, distante dos reais interesses da comunidade nacional, como em regra se verifica nos regimes neoliberais. Abrindo o espírito ao entendimento decente, o novo chefe de Estado poderá concorrer para libertar o espírito dos argentinos das peias personalistas, que o vêm prejudicando há dezenas de anos. Será outra vitória, a do senso político, ao lado da conquista eleitoral.

Toda mudança provinda de variação do sentimento popular

reflete-se, normalmente, nas coletividades assemelhadas. No caso da Argentina, a transferência de poder assume expressão maior, por seu relevo no continente e por indicar o fracasso de uma organização partidária forte. Não importa o julgamento, agora, das tendências programáticas ou filosóficas dessa agremiação. Certo é que, apesar de forte, não pôde conter a rebeldia popular, e foi levada, de roldão, com o chefe do governo.

Se tal ocorreu onde a sustentação do poder era sólida, surpresas serão suscetíveis de verificar-se onde os governos, como no Brasil, têm apoio vacilante, variável e pendente de acerto entre partidos diversificados. Demais, se a crise ali dominante se expande noutros países, inclusive com o desemprego crescente, a derrota apurada fortalecerá o descontentamento e a resistência nas populações sofredoras de males semelhantes. Tanto mais fácil será o aumento da insatisfação entre os povos cujos governos insistem em medidas repelidas por expressivas parcelas da população.

Naturalmente, a eleição argentina repercutirá entre nós, com o regime de reeleição, com o desemprego elevado, com as medidas impositivas e restritivas às classes assalariadas. Talvez as eleições municipais já exprimam o divórcio entre o governo e o povo, ao menos nos grandes centros.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia e diretor da Faculdade de Direito da UPIS